



Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Relatório do Auditor Independente acompanhado
das Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório do Auditor independente	3
Demonstrações Contábeis	7
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	13

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Camaçari - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas
Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.c às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes à fatos sob investigação envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia no âmbito das

operações “Lava Jato” e “Greenfield”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado. Nossa opinião não contém ressalva com relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes do ajuste decorrente da reapresentação descrita na Nota explicativa nº 2.23, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, cujo relatório não conteve modificação datado de 03 de maio de 2016, com ênfase sobre investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota explicativa nº 2.23, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2015 tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - BA

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - BA

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.214	3.331
Aplicações financeiras	4	3.932	1.624
Contas a receber	5	1.802	1.601
Tributo a recuperar	6.a	1.446	73
Estoques		46	17
Despesas antecipadas		247	253
Partes relacionadas	7	2	2
Outros ativos circulantes		28	2
Total do ativo circulante		<u>10.717</u>	<u>6.903</u>
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	12	1.044	825
Outros ativos não circulantes		783	325
Imobilizado	8	1.514	1.578
Intangível	9	111.092	114.217
Total do ativo não circulante		<u>114.433</u>	<u>116.945</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>125.150</u></u>	<u><u>123.848</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		3.042	2.643
Empréstimos e financiamentos	10	7.235	6.179
Tributos a recolher	6.c	1.325	781
Obrigações com empregados e administradores	11	2.420	2.126
Partes relacionadas	7	186	3.987
Juros sobre capital próprio e dividendos	7/13.e	3.676	1.346
Outros passivos circulantes		29	32
Total do passivo circulante		<u>17.913</u>	<u>17.094</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	29.954	36.250
Tributos a recolher	6.c	1.115	632
Impostos diferidos	6.b	2.992	3.305
Provisões para riscos processuais	12	741	202
Outros passivos não circulantes		231	152
Total do passivo não circulante		<u>35.032</u>	<u>40.541</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	31.394	31.394
Reserva de capital	13.d	777	777
Reservas de lucros	13.c /d	22.864	16.872
Subtotal		<u>55.035</u>	<u>49.043</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	7/13.b	17.170	17.170
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		<u>72.205</u>	<u>66.213</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>125.150</u></u>	<u><u>123.848</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita operacional líquida	14	48.833	44.975
Receita líquida de construção	14	358	1.547
Custo dos serviços prestados	14	(26.264)	(24.492)
Custo de construção	14	(356)	(1.534)
LUCRO BRUTO		<u>22.571</u>	<u>20.496</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(11.006)	(10.306)
Outras receitas	14	38	10
Total		<u>(10.968)</u>	<u>(10.296)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	15	1.014	987
Despesas financeiras	15	(1.852)	(2.747)
Total		<u>(838)</u>	<u>(1.760)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		10.765	8.440
Imposto de renda e contribuição social		(448)	(1.110)
Correntes	6.d	(761)	(1.247)
Diferidos	6.d	313	137
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>10.317</u>	<u>7.330</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em Reais - R\$)	16	<u>0,329</u>	<u>0,233</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLNDEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>10.317</u>	<u>7.330</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>10.317</u></u>	<u><u>7.330</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

	Capital Social subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Subtotal	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Total
			Legal	Especial	Incentivos fiscais				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	31.394	777	784	8.785	777	-	42.517	17.170	59.687
Reversão de dividendos	-	-	-	537	-	-	537	-	537
Incentivo fiscal	-	-	-	-	170	-	170	-	170
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.330	7.330	-	7.330
Destinação do lucro líquido									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	1.579	(1.579)	-	-	-
Reserva legal	-	-	367	-	-	(367)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(1.100)	(1.100)	-	(1.100)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(411)	(411)	-	(411)
Reserva especial	-	-	-	3.873	-	(3.873)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	31.394	777	1.151	13.195	2.526	-	49.043	17.170	66.213
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.317	10.317	-	10.317
Destinação do lucro líquido									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	2.006	(2.006)	-	-	-
Reserva legal	-	-	516	-	-	(516)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(4.325)	(4.325)	-	(4.325)
Reserva especial	-	-	-	3.470	-	(3.470)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	31.394	777	1.667	16.665	4.532	-	55.035	17.170	72.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.765	8.440
Ajustes:			
Depreciação e amortização	8 e 9	3.995	5.026
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	8	(12)	110
Margem de construção		(2)	(13)
Variações monetárias e encargos, líquidos		1.852	2.320
Provisão para riscos		539	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(201)	(526)
Impostos a recuperar	6a	(1.373)	1.171
Estoques		(29)	(17)
Depósitos judiciais		(219)	(128)
Despesas antecipadas		6	(47)
Outros ativos		(484)	46
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		347	465
Obrigações com empregados e administradores		294	179
Tributos a recolher		(1.027)	(867)
Partes relacionadas		(3.801)	(341)
Outras obrigações e contas a pagar		73	(69)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>10.723</u>	<u>15.749</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(1.014)	(1.106)
Aquisição de imobilizado	8	(407)	(589)
Aquisição de intangível	9	(435)	(2.972)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.856)</u>	<u>(4.667)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	10	(6.073)	(8.549)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(1.565)	(2.825)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.346)	(1.360)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(8.984)</u>	<u>(12.734)</u>
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(117)</u>	<u>(1.652)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		3.331	4.983
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>3.214</u>	<u>3.331</u>
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(117)</u>	<u>(1.652)</u>

As notas explicativas são parte integrante demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		55.903	52.371
Receita de serviços	14	53.501	49.234
Receita de construção	14	358	1.547
Outras receitas		2.044	1.590
Insumos adquiridos de terceiros		(20.643)	(19.299)
Custos dos serviços prestados		(14.187)	(11.760)
Custo de construção	14	(356)	(1.534)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.267)	(5.704)
Outros custos		(833)	(301)
Valor adicionado bruto		<u>35.260</u>	<u>33.072</u>
Retenções		(3.995)	(5.026)
Depreciação e amortização	14	(3.995)	(5.026)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>31.265</u>	<u>28.046</u>
Valor adicionado recebido em transferência		1.014	987
Receitas financeiras	15	1.014	987
Valor adicionado total a distribuir		<u>32.280</u>	<u>29.033</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>32.280</u>	<u>29.033</u>
Pessoal e encargos		10.756	10.081
Remuneração direta		7.958	7.394
Benefícios		1.863	1.634
FGTS		438	466
Outros		496	587
Impostos, taxas e contribuições		9.183	8.716
Federais		6.427	6.190
Estaduais		22	27
Municipais		2.734	2.499
Remuneração capital de terceiros		2.024	2.906
Juros	10	1.838	2.703
Aluguéis		172	159
Outras		14	44
Remuneração de capital próprio		<u>10.317</u>	<u>7.330</u>
Lucro líquido do exercício		10.317	7.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Informações sobre a Companhia

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN (“CLN” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA 099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000.

A CLN é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (“INVEPAR”), que detém 91,49% do capital da Companhia, Odebrecht Transport S.A. detém 8,50% e a Oi S.A. detém 0,01%.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Nesse mesmo Termo Aditivo foram determinados novos prazos para conclusão das obras, previstas no Contrato de Concessão. Em virtude da abertura de “rotas de fuga” por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a Companhia vinha enfrentando uma considerável queda em suas receitas operacionais, o que levou à suspensão das obras.

Em 14 de maio de 2015, foi assinado o 2º Termo Aditivo de Re-ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN, nas seguintes premissas: autorização para exploração de receitas acessórias, criação de Taxa de Fiscalização para a AGERBA, alteração do indexador de reajuste de tarifa para IPCA e ampliação do prazo de concessão em 15 anos. Assim, o item 1, da Cláusula XI, do Contrato de Concessão passa a ter a seguinte redação: (“Cláusula XI – Do Prazo da Concessão. O prazo de concessão é de 50 anos, contado da data de transferência do controle da Rodovia Principal do SISTEMA e acessos rodoviários para a CONCESSIONÁRIA”). Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução tenham sido devidamente autorizadas pelo Poder Concedente, além de encargos e ônus decorrentes de multas por quebra de contrato com fornecedores e indenização por remuneração do capital pelo rompimento antecipado calculada com base na margem da receita prevista para o restante da concessão.

b) Vias alternativas

Rota de Fuga Vargem Grande

Em 3 de outubro de 2005, a Prefeitura Municipal de Camaçari moveu contra a Companhia, medida cautelar pleiteando a manutenção das vias de acesso “alternativas” (rotas de fuga) municipais, bem como liminar suspendendo as ações de bloqueio dessas vias pela Companhia. A Companhia apresentou recurso e obteve, em 7 de março de 2006, a revogação da referida liminar, considerando que a perda de receitas proveniente da evasão de pedágio afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em agosto de 2006, a 1ª Vara Cível de Camaçari julgou em primeira instância procedente a ação, determinando a abertura das vias de acesso “alternativas”. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça da Bahia que foi julgado improcedente e, posteriormente, Embargos de Declaração os quais foram negados provimento pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. Em 27 de junho de 2008, a Companhia protocolou no TJ-BA, Recurso Especial e Extraordinário para apreciação da admissibilidade. O Recurso Especial foi admitido pelo STJ e julgado improcedente em novembro de 2013, desta decisão a CLN apresentou Embargos de Declaração que foram julgados procedentes à unanimidade em maio de 2014. Tal decisão foi mantida pelo STF em dezembro de 2014. Com isso todos os julgamentos desfavoráveis à Companhia foram anulados para a realização de perícia, e posteriormente será proferida sentença na primeira instância.

Rota de Fuga Las Palmas

No ano de 2008, a Companhia moveu uma Ação Civil Coletiva contra o Estado da Bahia, AGERBA e Prefeitura Municipal de Camaçari objetivando o reconhecimento da via Las Palmas como uma rota de fuga e, conseqüentemente, o seu fechamento. No próprio ano de 2008, a Companhia obteve uma decisão liminar autorizando o fechamento da rota de fuga, decisão esta que foi suspensa pela presidência do TJ/BA quando do julgamento da Suspensão de Liminar proposta pelo Estado da Bahia. Cumpre salientar que além da dita suspensão o Estado da Bahia e a AGERBA interpuseram recurso de Agravo de Instrumento para a 2ª Câmara do TJ/BA, que foram julgados improcedentes à unanimidade pela turma julgadora. Com esta decisão, a Companhia requereu o cumprimento da decisão dos agravos sob a tese de que por ser posterior a decisão da Suspensão de Liminar, prevaleceria sobre esta, o que foi acatada inicialmente, pelo MM. Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública que posteriormente voltou atrás em julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Município de Camaçari. Desta decisão, a CLN interpôs Agravo de Instrumento obtendo decisão monocrática favorável e conseqüentemente fechando a Rota de Fuga. No entanto, em dezembro de 2013, a Turma julgou o Agravo de Instrumento interposto improcedente, o que ensejou que a Companhia apresentasse Recurso Especial que se encontra pendente de julgamento.

A ação principal que julga o mérito encontra-se também pendente de julgamento, todavia, em 06 de março de 2014, o Estado da Bahia, através da Procuradoria Geral do Estado – PGE reconheceu no processo que Las Palmas é uma rota de fuga, pedindo ainda que o Juiz considerasse esse posicionamento quando da prolação de sentença.

A Administração entende, com base na opinião de seus assessores legais, que o bloqueio das rotas de fuga está amparado pelo Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado da Bahia e que não é pertinente a fundamentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Camaçari de disponibilização de vias alternativas, uma vez que esta não possui autorização formal do poder concedente para manutenção de vias de acesso municipais à rodovia BA-099 (rodovia estadual). Paralelamente, a Companhia anexou ao processo em questão à certidão expedida pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 20 de março de 2001, que menciona as vias de acesso alternativo à rodovia BA-099, a qual não considera as vias de acesso municipal.

c) Diligência em Acionista, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da controladora INVEPAR e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

d) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$7.196 (R\$10.191 em 31 de dezembro de 2015), devido principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo.

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.1 Aprovação das demonstrações contábeis

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 28 de março de 2017.

2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.3 Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4 Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe

autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5 Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12).

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.9 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também podem fazer parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.11 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de *software*, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativo intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.12 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda pela deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas Financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15 Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas

como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.19 Instrumentos financeiros

- (i) Ativos financeiros
 - a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a INVEPAR administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de patrimônio disponíveis para venda que não são cotados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável e os derivativos relacionados a, e que devem ser liquidados mediante entrega de, tal instrumento de patrimônio não cotado são mensurados ao custo e deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do grupo com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do grupo, dos dois o menor.

(i) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. O grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações de concessão de serviço público.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 – Derivativos (IAS 39), incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(i) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo

corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.20 Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas, já emitidas, a seguir:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Fornece orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.
- IAS 12 – Tributo sobre o lucro – Esclarecimentos sobre o reconhecimento de um ativo fiscal diferido para perdas não realizadas.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não deverão representar impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

2.23. Reapresentação das demonstrações contábeis

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reclassificou o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 correspondente para fins de comparação, de acordo com CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro” e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A intenção de liquidar o passivo em bases líquidas deve-se à situação econômica financeira da Companhia, retração econômica do país e restrição de caixa, cenário este não previsto no exercício anterior.

	<u>31/12/2015</u>		
	Saldo originalmente apresentado	Ajustes	Saldo reapresentado
Balanço Patrimonial			
Ativo circulante	6.903	-	6.903
Ativo não circulante	119.488	(2.543)	116.945
Total do ativo	<u>126.391</u>	<u>(2.543)</u>	<u>123.848</u>
Passivo circulante	17.094	-	17.094
Passivo não circulante	43.084	(2.543)	40.541
Patrimônio líquido	66.213	-	66.213
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>126.391</u>	<u>(2.543)</u>	<u>123.848</u>

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	882	711
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	<u>2.332</u>	<u>2.620</u>
	<u>3.214</u>	<u>3.331</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. A taxa média de rentabilidade destas aplicações é de 99% do CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa do CDI	Indexador	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
<u>Circulante</u> – Não vinculado					
Fundo Mover	99,62%		Nov/26		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB		DI		3.851	499
Letras financeiras do tesouro		SELIC		58	494
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional		IPCA		23	40
Debêntures		DI		-	<u>591</u>
				<u>3.932</u>	<u>1.624</u>

Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo a INVEPAR, a Linha Amarela S.A. (“LAMSA”) e a Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”). O MetroBarra S.A. (“METROBARRA”) participou do fundo até julho de 2016, a Concessionária BR-040 S.A. (“Via 040”) e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔRIO”) participaram do fundo até dezembro de 2016, meses em que houve o resgate do saldo total aplicado.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2016	31/12/2015
Valores a receber de pedágio	1.670	1.573
Outros	<u>132</u>	<u>28</u>
	<u>1.802</u>	<u>1.601</u>
	31/12/2016	31/12/2015
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S/A - CGMP	1.263	715
PEX S.A.	187	653
CONNECTCAR S.A.	220	205
Outros recebíveis	<u>132</u>	<u>28</u>
	<u>1.802</u>	<u>1.601</u>

Através da adesão aos meios de pagamentos supracitados, o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema pré-pago. O prazo médio de recebimento é de 35 dias. (Ver Nota Explicativa nº 7 - PARTES RELACIONADAS).

A Companhia não registra perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), reconhecendo como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 365 dias do reconhecimento do crédito.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	1.747	1.593
Vencidos em até 30 dias	20	-
Vencidos de 61 até 90 dias	28	-
Vencidos de 91 até 365 dias	<u>1</u>	-
Vencidos acima de 365 dias	<u>6</u>	<u>8</u>
	<u>1.802</u>	<u>1.601</u>

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Antecipação do IRPJ e CSLL	1.386	49
IRRF - Aplicação Financeira	60	23
Outros	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>1.446</u>	<u>73</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal	25	26
Base negativa da contribuição social	9	9
Participação nos lucros e resultado (PLR)	217	199
Provisão para riscos	252	69
PIS e COFINS - exigibilidade suspensa	201	168
Margem de construção (*)	(279)	(287)
Amortização do intangível (*)	(3.334)	(3.435)
Custo de emissão de dívidas - Taxa Efetiva (*)	(151)	(153)
Outras exclusões	(4)	-
Outras adições	<u>72</u>	<u>99</u>
Total	<u>(2.992)</u>	<u>(3.305)</u>
Imposto diferido - Ativo	776	<u>570</u>
Imposto diferido - Passivo	<u>(3.768)</u>	<u>(3.875)</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do Regime Tributário Transitório - RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção, amortização do intangível e custo de captação são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$9, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

A Companhia constituiu tributos diferidos passivos referentes à adoção inicial das normas ICPC 01 e OCPC 05 referente a contabilização de concessões, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	<u>31/12/2016</u>	
2017	302	
2018	14	
2019	16	
2020	18	
2021	23	
2022 a 2024	100	
2025 a 2026	<u>303</u>	
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>776</u>	
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(3.768)</u>	
Total dos impostos diferidos	<u>(2.992)</u>	
c) <u>Tributos a recolher</u>		
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS	196	184
ISS	311	280
IRRF e CSRF	755	269
INSS sobre terceiros	<u>63</u>	<u>48</u>
Total circulante	<u>1.325</u>	<u>781</u>
Reinvestimento do IRPJ ¹	522	139
PIS e COFINS ²	<u>593</u>	<u>493</u>
Total não circulante	<u>1.115</u>	<u>632</u>

¹ Incentivo fiscal para empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE, com o reinvestimento de 30% do Imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento.

² A Companhia possui depósitos judiciais para cobertura de tais obrigações (vide nota explicativa nº 12).

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.765	8.440
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(3.660)	(2.870)
Adições permanentes	(335)	(267)
Exclusões permanentes	-	4
Subvenções do lucro da exploração (*)	2.006	1.580
Juros sobre capital próprio - JSCP	1.471	374
Outras exclusões	<u>70</u>	<u>69</u>
	(448)	(1.110)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(761)	(1.247)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>313</u>	<u>137</u>
Total dos impostos no resultado	(448)	(1.110)
Alíquota efetiva	4,16%	13,15%

(*) Redução de 75% do IRPJ calculada sobre o lucro da exploração de toda a capacidade instalada pelo prazo de 10 anos, a contar a partir de 01/01/2014. Tal benefício é concedido pelo Governo Federal a empresas de setores considerados prioritários na área da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que, dentre outras providências, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015 (adoção opcional a partir de 2014), com a introdução de novo regime tributário.

A Companhia avaliou os impactos desta Lei e os aplicou a partir de 1º de janeiro de 2015 e não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis.

7. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia possui saldos provenientes de transações com as partes relacionadas conforme quadro abaixo:

Parte relacionada	Transação	Relação	31 de dezembro de 2016			Resultado
			Ativo Circulante	Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	
PEX	Passagem pista AVI - PEX(**)	Ligada	187	-	-	-
INVEPAR	Nota de Débito(*)	Controladora	-	186	-	(2.383)
CART	Nota de Débito(*)	Ligada	2	-	-	-
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	Controladora	-	3.363	-	-
ODEBRECHT	Juros sobre capital próprio	Acionista	-	313	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	-	1.459	-
INVEPAR	AFAC	Controladora	-	-	15.711	-
	Total		<u>189</u>	<u>3.862</u>	<u>17.170</u>	<u>(2.383)</u>

31 de dezembro de 2015						
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
PEX	Passagem pista AVI - PEX(**)	Ligada	653	-	-	-
INVEPAR	Nota de Débito(*)	Controladora	-	3.987	-	(2.339)
CART	Nota de Débito(*)	Ligada	2	-	-	-
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	Controladora	-	855	-	-
ODEBRECHT	Juros sobre capital próprio	Acionista	-	80	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	-	1.459	-
INVEPAR	AFAC	Controladora	-	-	15.711	-
INVEPAR	Dividendos	Controladora	-	376	-	-
ODEBRECHT	Dividendos	Acionista	-	35	-	-
	Total		<u>655</u>	<u>5.333</u>	<u>17.170</u>	<u>(2.399)</u>

(*) Rateio dos gastos incorridos comuns com a estrutura administrativa do grupo ao qual a Companhia pertence. As notas de débito são liquidadas normalmente no mês subsequente a sua emissão não havendo a necessidade de aplicação de juros.

(**) Os valores referentes a PEX estão representados na rubrica de contas a receber.

A Companhia não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Remuneração dos Administradores

Em 29 de abril de 2016, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$1.890.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica, totalizaram R\$1.889 durante o exercício de 2016 (R\$1.664 em 31 de dezembro de 2015), conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pró-labore	932	883
Bônus variáveis	620	466
Encargos	151	177
Outros benefícios	<u>186</u>	<u>138</u>
	<u>1.889</u>	<u>1.664</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016
Custo					
Máquinas e equipamentos	10	1.150	6	(85)	1.071
Móveis e utensílios	10	724	30	(11)	743
Veículos	20	1.331	283	(86)	1.528
Equipamentos de informática	20	1.338	88	(38)	1.388
Outros	25	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
		<u>4.558</u>	<u>407</u>	<u>(220)</u>	<u>4.745</u>
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(1.051)	(16)	85	(982)
Móveis e utensílios		(391)	(55)	9	(437)
Veículos		(596)	(221)	52	(765)
Equipamentos de informática		(935)	(143)	38	(1.040)
Outros		<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>
		<u>(2.980)</u>	<u>(435)</u>	<u>184</u>	<u>(3.231)</u>
Imobilizado líquido		<u>1.578</u>	<u>(28)</u>	<u>(36)</u>	<u>1.514</u>

	<u>Taxas anuais de depreciação %</u>	<u>Saldos em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em 31/12/2015</u>
Custo					
Máquinas e equipamentos	10	1.145	5	-	1.150
Móveis e utensílios	10	695	32	(3)	724
Veículos	20	1.304	307	(280)	1.331
Equipamentos de informática	20	1.275	63	-	1.338
Outros	25	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
		<u>4.434</u>	<u>407</u>	<u>(283)</u>	<u>4.558</u>
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(1.035)	(16)	-	(1.051)
Móveis e utensílios		(336)	(56)	1	(391)
Veículos		(558)	(210)	172	(596)
Equipamentos de informática		(767)	(168)	-	(935)
Outros		<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>
		<u>(2.703)</u>	<u>(450)</u>	<u>173</u>	<u>(2.980)</u>
Imobilizado líquido		<u>1.731</u>	<u>(43)</u>	<u>(110)</u>	<u>1.578</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016.

9. INTANGÍVEL

	<u>Taxas anuais de amortização %</u>	<u>Saldos em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31/12/2016</u>
Custo					
Software	20	979	77	-	1.056
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	138.675	32	1.143	139.850
Intangível em andamento		<u>878</u>	<u>326</u>	<u>(1.143)</u>	<u>61</u>
		<u>140.532</u>	<u>435</u>	<u>-</u>	<u>140.967</u>
Amortização					
Software		(547)	(152)	-	(699)
Direito de concessão de serviços públicos		<u>(25.768)</u>	<u>(3.408)</u>	<u>-</u>	<u>(29.176)</u>
Total		<u>(26.315)</u>	<u>(3.560)</u>	<u>-</u>	<u>(29.875)</u>
Intangível líquido		<u>114.217</u>	<u>(3.125)</u>	<u>-</u>	<u>111.092</u>

	<u>Taxas anuais de amortização %</u>	<u>Saldos em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31/12/2015</u>
Custo					
Software	20	936	43	-	979
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	137.839	147	689	138.675
Intangível em andamento		<u>167</u>	<u>1.400</u>	<u>(689)</u>	<u>878</u>
		<u>138.942</u>	<u>1.590</u>	<u>-</u>	<u>140.532</u>
Amortização					
Software		(406)	(141)	-	(547)
Direito de concessão de serviços públicos		<u>(21.333)</u>	<u>(4.435)</u>	<u>-</u>	<u>(25.768)</u>
Total		<u>(21.739)</u>	<u>(4.576)</u>	<u>-</u>	<u>(26.315)</u>
Intangível líquido		<u>117.203</u>	<u>(2.986)</u>	<u>-</u>	<u>114.217</u>

(*) A amortização do direito de concessão é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

	31/12/2014	Amortização		Juros incorridos	Transferência	Custo de captação	31/12/2015 (Representado)
		Principal	Juros*				
Passivo Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	3.423	(3.382)	(1.948)	1.936	3.490	-	3.519
HSBC	5.358	(5.167)	(877)	767	2.583	-	2.664
Custos de captação	<u>(28)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>28</u>	<u>(4)</u>
	<u>8.753</u>	<u>(8.549)</u>	<u>(2.825)</u>	<u>2.703</u>	<u>6.069</u>	<u>28</u>	<u>6.179</u>
Passivo Não Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	42.728	-	-	-	(3.490)	-	39.238
HSBC	2.583	-	-	-	(2.583)	-	-
Custos de captação	<u>(449)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(445)</u>
	<u>44.862</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.069)</u>	<u>-</u>	<u>38.793</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>53.615</u>	<u>(8.549)</u>	<u>(2.825)</u>	<u>2.703</u>	<u>-</u>	<u>28</u>	<u>44.972</u>
Aplicações financeiras vinculadas	(2.650)						(2.543)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	<u>50.965</u>						<u>42.429</u>

* Os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

Ano

2018	4.685
2019	4.794
2020	4.912
2021	5.056
2022	5.068
2023 em diante	<u>7.425</u>
Total	<u>31.941</u>

Os recursos captados junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) são oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste - FNE-PROINFRA, estão sendo amortizados em parcelas mensais desde dezembro de 2007, incidindo juros de 9,5% a.a. com bônus de adimplência de 15%. Em 2014, foi captado o montante de R\$35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidem juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses são pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período serão pagos juros mensalmente junto com as parcelas de principal.

Os juros referentes aos recursos captados junto ao HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, foram amortizados semestralmente e o principal, após 02 anos de carência, a uma taxa pré-fixada de 1,51% a.a. e encargos indexados a 100% do CDI da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. Os custos de transação do referido financiamento foram no montante de R\$533 que foram amortizados linearmente pelo prazo do empréstimo. Esse financiamento foi liquidado em 19 de abril de 2016.

	<u>Taxa do CDI</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (b) 96% a 99%	DI	Dez/24		<u>1.987</u>	<u>2.543</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB do Banco do Nordeste do Brasil. Tais aplicações são remuneradas entre 96% e 99% do índice dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI e mantidas até o vencimento pela Companhia e por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate simultaneamente aos de sua liquidação (vide nota explicativa 2.23).

Garantias:

- a) O 1º e 2º financiamento do Banco do Nordeste do Brasil é garantido pelo penhor de ações ordinárias e fiança da controladora INVEPAR, bem como a vinculação de recebíveis da receita total diária da arrecadação de pedágio, cessão de indenização em caso de perda de arrecadação e fundo de liquidez equivalente a aproximadamente 10% do saldo devedor para o 1º financiamento e R\$1.634 equivalente a 03 (três) parcelas de maior valor, para o 2º financiamento.

Os financiamentos vigentes não possuem cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”).

11. OBRIGAÇÃO COM ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Férias e encargos trabalhistas	1.161	1.075
Participação nos lucros a pagar	<u>1.259</u>	<u>1.051</u>
	<u>2.420</u>	<u>2.126</u>

12. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia realizou a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas (a)	153	49	(69)	133
Cíveis (b)	<u>49</u>	<u>612</u>	<u>(53)</u>	<u>608</u>
	<u>202</u>	<u>661</u>	<u>(122)</u>	<u>741</u>
<u>Natureza dos riscos</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas (a)	88	65	-	153
Cíveis (b)	<u>51</u>	<u>2</u>	<u>(4)</u>	<u>49</u>
	<u>139</u>	<u>67</u>	<u>(4)</u>	<u>202</u>

a) Riscos trabalhistas

São parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

São parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário.

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, trabalhista, tributário e ambiental, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda.

Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação, conforme a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	106	214
Cíveis	9.307	8.266
Tributários	1.121	452
Ambiental	<u>389</u>	<u>107</u>
	<u>10.923</u>	<u>9.039</u>

Além dos processos acima, a Companhia vem discutindo judicialmente processo referente a vias “alternativas” (rotas de fuga) municipais, conforme descrito na nota explicativa 1.b.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém depósitos judiciais distribuídos conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	105	91
Cíveis	47	6
Tributários ^(*)	<u>891</u>	<u>728</u>
	<u>1.044</u>	<u>825</u>

(*) A Companhia vem depositando em juízo PIS e COFINS incidente sobre o montante do ISS excluído da base de cálculo dessas contribuições.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R\$31.394 e está representado por 31.393.516 ações sem valor nominal, sendo 10.467.476 ordinárias e 20.926.040 preferenciais classe A, que para efeito de subscrição têm valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. O capital social autorizado é de 32.000.000 de ações.

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais classe A, que não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, fazem jus às seguintes vantagens:

- I. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- II. Direito a dividendo mínimo de R\$0,01 (um centavo de real) por lote de mil ações.
- III. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas de qualquer natureza.
- IV. Direito integral a todas as bonificações e desdobramentos que venham a ser deliberados a partir da data da respectiva subscrição, sempre em ações da mesma classe das bonificadas ou desdobradas.
- V. Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia sem prêmio.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está assim constituída:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
INVEPAR	10.463.020	18.257.592	28.720.612
Odebrecht Transport S.A. - OTP	-	2.668.448	2.668.448
Oi S.A.	<u>4.456</u>	<u>-</u>	<u>4.456</u>
Total	<u>10.467.476</u>	<u>20.926.040</u>	<u>31.393.516</u>

Em 03 de maio de 2016, foi proposto em ata da Reunião do Conselho de Administração e aprovado pela administração, que os dividendos mínimos obrigatórios sejam pagos em até 60 (sessenta) dias da deliberação dos Acionistas e os dividendos adicionais declarados pela Assembleia Geral não sejam pagos, tendo em vista os compromissos operacionais e financeiros de longo prazo assumidos pela Companhia, conforme relatório apresentado.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2016 e 31/12/2015</u>
INVEPAR	15.711
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - CNO	<u>1.459</u>
	<u>17.170</u>

O adiantamento para futuro aumento de capital foi originado de contratos de mútuo celebrados com as investidoras, os quais foram convertidos a valor histórico em AFAC depois de autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conforme a cláusula 2ª do instrumento de conversão, o valor convertido para AFAC não poderá ser devolvido ou creditado para quitação, no seu valor parcial ou total.

c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais

reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 essa reserva montava a R\$1.667.

(ii) Reserva especial

Em 01 de junho de 2015 foi realizada a reversão dos dividendos mínimos obrigatórios em R\$537 para a conta de reserva especial no patrimônio líquido, conforme ata da AGO em 30 de abril de 2015.

Com base no §5 do art. 202 da lei das sociedades por ações, a Companhia destinou no exercício de 2016 o montante de R\$3.470 a título de reserva especial. Em 31 de dezembro de 2016, a reserva especial totalizava R\$16.665 a ser utilizada a critério da Companhia.

d) Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia possuía ainda reserva de lucro de incentivos fiscais referente a lucro de exploração no montante de R\$4.532 e reserva de capital no montante de R\$777 vinculadas a incentivos fiscais (redução de imposto de renda).

e) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei das sociedades por ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 13 de julho de 2016, foram pagos referente ao exercício de 2015, respectivamente a título de dividendos e juros sobre capital próprio os montantes de R\$411 e R\$935.

Em 30 de dezembro 2016, a Companhia provisionou antecipadamente o montante de R\$4.325 referente a juros sobre capital próprio, com base no resultado acumulado até 30 de novembro de 2016.

O JSCP antecipado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 superou o montante de dividendos mínimos obrigatórios, dispensando a Companhia da obrigatoriedade de destinação do mesmo, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	10.317	7.330
(-) Subvenções referente ao Lucro da Exploração	<u>(2.006)</u>	<u>(1.579)</u>
Lucro antes da destinação	<u>8.311</u>	<u>5.751</u>
Reserva legal - 5%	516	367
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	1.949	1.346
JSCP a distribuir	3.676	935
IR s/ JSCP a distribuir	649	165
Complemento dividendo mínimo obrigatório adicional- 25% (*)	-	411
Reserva especial	3.470	3.873

14. RECEITA, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados findos 31 de dezembro de 2016 e de 2015 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

<u>Receitas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita de pedágio	52.689	49.138
Outras receitas acessórias	812	96
ISS	(2.670)	(2.457)
PIS	(356)	(321)
COFINS	<u>(1.642)</u>	<u>(1.481)</u>
Receita líquida de serviços	48.833	44.975
Receita de construção	<u>358</u>	<u>1.547</u>
Receita Total	<u>49.191</u>	<u>46.522</u>

<u>Custos e Despesas por natureza</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal e encargos	(12.667)	(11.727)
Conservação e manutenção	(10.435)	(8.686)
Comunicação, marketing e publicidade	(475)	(271)
Seguros e garantias	(351)	(309)
Serviços de terceiros	(3.127)	(2.733)
Veículos	(558)	(522)
Consultoria e assessoria	(423)	(1.078)
Aluguéis e impostos	(233)	(212)
Energia elétrica	(276)	(263)
Provisão para riscos	(538)	2
Serviços compartilhados (a)	(2.383)	(2.339)
Depreciação e amortização	(3.995)	(5.026)
Custo de construção	(356)	(1.534)
Outros	<u>(1.771)</u>	<u>(1.624)</u>
	<u>(37.588)</u>	<u>(36.322)</u>
Custo de serviços prestados	(26.264)	(24.492)
Custo de construção	(356)	(1.534)
Despesas gerais e administrativas	(11.006)	(10.306)
Outras receitas e despesas operacionais	<u>38</u>	<u>10</u>
	<u>(37.588)</u>	<u>(36.322)</u>

- (a) Refere-se basicamente a rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo INVEPAR ao qual a Companhia pertence que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado (ver nota explicativa nº 7).

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) às isenções de pedágio que não atendem aos critérios de reconhecimento da receita contábil, porém são incluídas na base tributária; e (ii) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	887	912
Variação monetária ativa	<u>127</u>	<u>75</u>
Total	<u>1.014</u>	<u>987</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(16)	(16)
Juros passivos sobre empréstimos	<u>(1.836)</u>	<u>(2.731)</u>
Total	<u>(1.852)</u>	<u>(2.747)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(838)</u>	<u>(1.760)</u>

16. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico						
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	3.439	6.878	10.317	2.443	4.887	7.330
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações (milhares)	<u>10.467</u>	<u>20.927</u>	<u>31.394</u>	<u>10.467</u>	<u>20.927</u>	<u>31.394</u>
Resultado básico e diluído por ação – em Reais	<u>0,329</u>	<u>0,329</u>	<u>0,329</u>	<u>0,233</u>	<u>0,233</u>	<u>0,233</u>

17. SEGUROS

A Companhia mantém seguro garantia e seguro contra danos materiais, perda de receita, responsabilidade civil e seguro auto frota, conforme demonstrado abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Seguro garantia*	5.393	23/02/16 a 23/02/17	Austral	(a)
Responsabilidade civil geral	56.273	01/08/16 a 01/08/17	Tokio Marine	(b)
Resp. Civil Administradores D&O**	100.000	21/09/15 a 20/03/2017	XL Seguros Brasil	(c)
Riscos operacionais	280.000	01/08/16 a 01/08/17	Bradesco Seguros	(d)
Auto frota	Tabela Fipe	18/11/16 a 18/11/17	Itaú	(e)
Auto frota	Tabela Fipe	20/10/16 a 20/10/17	Itaú	(e)

- a. Garantir a execução das obrigações firma das assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado em 21 de fevereiro de 2000.
- b. Garantir, até o limite máximo da importância segurada, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresso pela seguradora, relativas a reparações por danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros.
- c. Garantir, até o limite máximo da importância segurada, para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O), nos casos de danos a reputação, custos de investigação, bloqueio de conta corrente, avalistas e fiadores, práticas trabalhistas indevidas, danos morais, danos corporais e materiais, erros e omissões, responsabilidade por tributos, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente.
- d. Garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nessas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.
- e. Garantir, em caso de sinistro, prejuízos que a frota segurada venha a sofrer, pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, incluindo os valores de franquias, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

*A apólice de seguro Garantia venceu em 23 de fevereiro de 2017 e foi renovada até 23 de fevereiro de 2018.

**A apólice de seguro Resp. Civil Administradores D&O venceu em 20 de março de 2017 e foi renovada até 20 de março de 2018.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2016 e de 2015 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos e fornecedores.

	31/12/2016		31/12/2015	
	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.214	-	3.331	-
Aplicações financeiras	3.932	-	1.624	-
Aplicações financeiras vinculadas (*)	1.987		2.543	
Créditos a receber	<u>-</u>	<u>1.802</u>	<u>-</u>	<u>1.601</u>
Total do ativo	<u>9.133</u>	<u>1.802</u>	<u>7.498</u>	<u>1.601</u>
Passivos				
Fornecedores	-	3.042	-	2.643
Partes relacionadas	-	186	-	3.987
Empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>39.176</u>	<u>-</u>	<u>44.972</u>
Total do passivo	<u>-</u>	<u>42.218</u>	<u>-</u>	<u>51.602</u>

(*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

A operação da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de tributos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

a. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado.

b. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c. Empréstimos e financiamentos

O valor de mercado não foi determinado pelas seguintes razões: (i) não são objeto de transação em nenhum mercado; e (ii) eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitas mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado pela taxa e indicadores especificados nos contratos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente se houver necessidade de proteção de passivos, seja de natureza operacional ou financeira, ou ainda, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com essa finalidade, sendo vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía operações com hedge ou derivativos.

e) Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$3.932 (Nota Explicativa nº 4), R\$1.987 (Nota Explicativa nº 10) e R\$39.176 (Nota Explicativa nº 10), respectivamente em 31 de dezembro de 2016.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham um efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos* financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

* A Administração não considera que as operações de passivo financeiro possuam expectativa variável relevante de risco para apresentação.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI ativo (% ao ano)	13,63%	10,22%	6,82%
DI passivo (% ao ano)	13,63%	17,04%	20,45%
SELIC (% ao ano)	13,65%	10,24%	6,83%
IPCA (% ao ano)	6,29%	7,86%	9,44%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u>			
		<u>31/12/2016</u>	<u>provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
<u>Ativo financeiro</u>					
Equivalente de caixa					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	2.332	318	238	159
Aplicações Financeiras					
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro – LFT	SELIC	58	8	6	4
Títulos públicos federais – NTN-B	IPCA	23	1	2	2
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	3.851	525	394	263
<u>Ativo financeiro não circulante</u>					
Aplicações Financeiras Vinculadas*					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	1.987	240	189	120

* Registrado para efeito de apresentação no passivo não circulante. (Vide nota explicativa nº 2.23)

g) Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e financiamentos	39.176	44.972
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(9.133)</u>	<u>(7.498)</u>
Dívida líquida	30.043	37.474
Patrimônio líquido	<u>72.205</u>	<u>66.213</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>102.248</u>	<u>103.687</u>

19. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia possui no período a transação não caixa abaixo que foi excluída do fluxo de caixa. Esta transação é referente a provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	52	34

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de janeiro de 2017, foi pago a título de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2016 o montante líquido de R\$1.354.
